



Os Cinco Pilares da Educação Digital: Desafios e Possibilidades para a Escola Contemporânea

Raíla Suelen Pereira Viana¹; Ginete Cavalcante Nunes²; Maria Jayara Santos Medeiros³

Resumo: A educação digital tornou-se um elemento central no processo educativo contemporâneo, exigindo da escola e dos educadores novas competências, metodologias e posturas pedagógicas. Este artigo discute os cinco pilares da educação digital: letramento digital, cidadania digital, pensamento crítico, cultura digital e inovação pedagógica, como fundamentos essenciais para uma formação integral, ética e inclusiva dos estudantes. Ao longo do texto, evidencia-se que a educação digital vai além do uso de tecnologias, envolvendo a construção de valores, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a preparação dos sujeitos para uma participação consciente e responsável na sociedade conectada. Defende-se que o professor assume papel estratégico como mediador do conhecimento, orientando o uso crítico das tecnologias e promovendo práticas pedagógicas que integrem inovação, inclusão e humanização. Conclui-se que investir nos pilares da educação digital é indispensável para fortalecer a qualidade da educação, reduzir desigualdades e formar cidadãos autônomos, críticos e preparados para os desafios do século XXI.

Palavras-chave Educação Digital; Tecnologia Educacional; Cidadania Digital; Pensamento Crítico; Inovação Pedagógica.

The Five Pillars of Digital Education: Challenges and Possibilities for the Contemporary School

Abstract: Digital education has become a central element in contemporary educational processes, requiring schools and educators to develop new skills, methodologies, and pedagogical approaches. This article discusses the five pillars of digital education: digital literacy, digital citizenship, critical thinking, digital culture, and pedagogical innovation, as essential foundations for an integral, ethical, and inclusive education. Throughout the

¹ Cursa Mestrado Profissional em Filosofia pelo Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). E-mail: raila.suelen@aluno.ifsertao-pe.

² Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. Mestrado Profissional em Filosofia pelo Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). E-mail: ginetecavalcante@gmail.com ORCID: 0000-0001-6006-9702

³ Bacharel em Sistemas de Informação pela Faculdade Paraíso do Ceará (FAP), Brasil. Especializando em Marketing Digital pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN), Brasil. Mestranda em Engenharia de Software pelo Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR), Pernambuco, Brasil. contatojayaramedeiros@gmail.com.

discussion, it is highlighted that digital education goes beyond the mere use of technologies, encompassing the construction of values, the development of socio-emotional skills, and the preparation of individuals for conscious and responsible participation in a connected society. The study argues that teachers play a strategic role as mediators of knowledge, guiding the critical use of technologies and fostering pedagogical practices that integrate innovation, inclusion, and humanization. It concludes that investing in the pillars of digital education is indispensable for strengthening educational quality, reducing inequalities, and forming autonomous, critical citizens prepared to face the challenges of the 21st century.

Keywords: Digital Education; Educational Technology; Digital Citizenship; Critical Thinking; Pedagogical Innovation.

Introdução

A sociedade contemporânea encontra-se profundamente marcada pela presença das tecnologias digitais, que transformaram de maneira significativa as formas de comunicação, produção do conhecimento, interação social e organização do trabalho. Nesse contexto, a escola assume um papel estratégico e desafiador: preparar sujeitos capazes de compreender, utilizar e questionar criticamente as tecnologias que permeiam a vida cotidiana. A educação digital, portanto, não se limita à inserção de recursos tecnológicos no ambiente escolar, mas envolve uma mudança paradigmática na concepção de ensino, aprendizagem e formação humana.

O avanço acelerado das tecnologias da informação e comunicação (TIC) impõe à educação a necessidade de repensar currículos, metodologias e práticas pedagógicas, a fim de garantir uma formação que seja ao mesmo tempo técnica, ética, crítica e inclusiva. O simples acesso às ferramentas digitais não assegura aprendizagens significativas nem a formação de cidadãos conscientes. Pelo contrário, a ausência de orientação pedagógica adequada pode ampliar desigualdades sociais, reforçar práticas excludentes e favorecer usos acríticos e prejudiciais da tecnologia.

Diante desse cenário, emerge a educação digital como um campo essencial para a formação integral dos estudantes, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas. Trata-se de um processo educativo que busca desenvolver o letramento digital, a cidadania digital, o pensamento crítico, a compreensão da cultura digital e a inovação pedagógica como eixos estruturantes da prática educativa contemporânea. Esses pilares constituem fundamentos indispensáveis para que os sujeitos não sejam meros consumidores de

tecnologias, mas protagonistas conscientes na construção do conhecimento e na participação social.

O professor, nesse contexto, assume um papel central como mediador, orientador e formador de sentidos. Cabe a ele promover práticas pedagógicas que integrem as tecnologias de forma crítica e intencional, estimulando a reflexão, o diálogo, a criatividade e o respeito à diversidade. A mediação docente é fundamental para que a educação digital não se reduza a um discurso tecnicista, mas se configure como um espaço de humanização, inclusão e emancipação.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir os cinco pilares da educação digital: letramento digital, cidadania digital, pensamento crítico, cultura digital e inovação pedagógica, evidenciando sua relevância para a construção de uma educação comprometida com a formação de cidadãos autônomos, éticos e preparados para os desafios do século XXI. Ao abordar esses pilares, busca-se contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que articulem tecnologia, inclusão social e qualidade educativa, reafirmando o papel da escola como espaço de formação integral e transformação social.

Letramento Digital

O letramento digital constitui o primeiro e fundamental pilar da educação digital, pois representa a base sobre a qual se estruturam as demais competências necessárias à formação do sujeito na contemporaneidade. Diferentemente de uma compreensão restrita ao domínio técnico de ferramentas e dispositivos, o letramento digital envolve a capacidade de acessar, compreender, analisar criticamente, produzir e compartilhar informações em ambientes digitais de forma ética, responsável e reflexiva.

Nesse sentido, ser letrado digitalmente implica compreender as múltiplas linguagens que circulam no meio digital — textos, imagens, vídeos, hipertextos, algoritmos e redes sociais, bem como desenvolver habilidades para avaliar a confiabilidade das informações, identificar *fake news*, reconhecer discursos de ódio, compreender a lógica das plataformas digitais e posicionar-se de maneira crítica diante dos conteúdos consumidos e produzidos. Trata-se, portanto, de uma competência que articula aspectos cognitivos, técnicos, éticos e sociais.

No contexto escolar, o letramento digital assume papel estratégico na promoção de uma educação significativa e alinhada às demandas do século XXI. A escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos para tornar-se um ambiente de formação integral, no qual

os estudantes aprendem a utilizar as tecnologias como ferramentas de aprendizagem, pesquisa, criação e comunicação. Esse processo deve iniciar-se desde os anos iniciais da escolarização, respeitando as etapas do desenvolvimento humano e garantindo que o contato com as tecnologias seja mediado por intencionalidade pedagógica.

O papel do professor é central nesse processo. Cabe ao educador atuar como mediador do conhecimento digital, orientando os estudantes para que transformem o uso cotidiano e muitas vezes intuitivo das tecnologias em práticas educativas conscientes e reflexivas. Essa mediação exige formação contínua, sensibilidade pedagógica e compromisso ético, a fim de evitar tanto o tecnicismo — que reduz a tecnologia a um fim em si mesma — quanto o uso acrítico das mídias, que pode reforçar desigualdades, superficialidade cognitiva e desinformação.

Além disso, o letramento digital contribui diretamente para a promoção da equidade educacional. Em um cenário marcado por profundas desigualdades sociais e de acesso às tecnologias, a escola desempenha papel essencial na democratização do conhecimento digital, oferecendo oportunidades para que todos os estudantes desenvolvam competências que lhes permitam participar ativamente da sociedade em rede. Assim, o letramento digital não se limita ao domínio instrumental, mas configura-se como um direito educacional e um elemento indispensável para a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente responsáveis.

Dessa forma, investir no letramento digital é reconhecer que a educação digital começa pela compreensão crítica das tecnologias e de seus impactos na vida social, cultural e educacional. É preparar os estudantes não apenas para utilizar ferramentas digitais, mas para compreender o mundo conectado em que vivem e atuar nele de forma consciente, ética e transformadora.

Pensamento Crítico e uso Ético da Tecnologia

O segundo pilar da educação digital diz respeito ao desenvolvimento do pensamento crítico aliado ao uso ético das tecnologias digitais. Em uma sociedade profundamente marcada pela circulação acelerada de informações, pela presença constante das redes sociais e pela influência dos algoritmos na formação de opiniões, torna-se imprescindível que a escola assuma o compromisso de formar sujeitos capazes de analisar, questionar e refletir criticamente sobre os conteúdos que consomem e produzem no ambiente digital.

Segundo Freire (1996), a educação libertadora exige que o sujeito seja capaz de “ler o mundo” de forma crítica, ultrapassando a mera adaptação à realidade. No contexto digital, essa leitura crítica implica compreender que as tecnologias não são neutras, mas carregam intencionalidades políticas, econômicas e culturais. Assim, educar para o pensamento crítico digital significa possibilitar ao estudante perceber os interesses por trás das informações, identificar discursos manipuladores e desenvolver autonomia intelectual frente às mídias digitais.

A disseminação de *fake news*, a desinformação científica, o discurso de ódio e a superexposição da vida privada são desafios contemporâneos que impactam diretamente a formação ética e cidadã dos estudantes. De acordo com Castells (2018), vivemos em uma “sociedade em rede”, na qual a informação circula em tempo real e influencia comportamentos, decisões políticas e relações sociais. Nesse cenário, a ausência de pensamento crítico pode levar à alienação digital e à reprodução acrítica de conteúdos prejudiciais à democracia e à convivência social.

A educação digital, portanto, deve promover debates e práticas pedagógicas que abordem temas como privacidade, segurança de dados, direitos autorais, respeito às diferenças, cyberbullying e responsabilidade no uso das redes sociais. Conforme destaca Buckingham (2019), não basta ensinar habilidades técnicas; é fundamental desenvolver uma educação midiática crítica, que capacite os estudantes a interpretar, avaliar e produzir conteúdos digitais de maneira ética e consciente.

O uso ético da tecnologia também envolve a compreensão dos limites entre o público e o privado, o respeito à dignidade humana e o reconhecimento da diversidade presente nos ambientes digitais. Para Moran (2021), educar para a ética digital é formar sujeitos capazes de agir com empatia, responsabilidade e consciência social, compreendendo que suas ações no ambiente virtual têm impactos reais sobre outras pessoas e sobre a coletividade.

Nesse contexto, o papel do professor é central. Cabe ao educador atuar como mediador crítico, criando situações de aprendizagem que estimulem o diálogo, a problematização e a análise reflexiva das tecnologias. Como afirma Nóvoa (2020), o professor não é substituído pela tecnologia, mas torna-se ainda mais necessário como orientador ético, intelectual e humano em um mundo digitalizado.

Assim, o desenvolvimento do pensamento crítico e do uso ético das tecnologias constitui um pilar essencial da educação digital, pois contribui para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com valores democráticos, com a justiça social e com o respeito

às diferenças. Formar sujeitos críticos no ambiente digital é, sobretudo, um compromisso com a humanização da educação em tempos de conectividade permanente.

Comunicação, Colaboração e Cultura Digital

O terceiro pilar da educação digital refere-se à comunicação, à colaboração e à cultura digital, dimensões que transformaram profundamente as formas de interação, produção de conhecimento e aprendizagem na sociedade contemporânea. As tecnologias digitais não apenas ampliaram os meios de comunicação, mas também redefiniram as relações sociais, os modos de aprender e as práticas educativas, exigindo da escola uma postura mais dialógica, participativa e conectada com a realidade dos estudantes.

Segundo Pierre Lévy (1999), vivemos em uma cibercultura, caracterizada pela inteligência coletiva, na qual o conhecimento deixa de ser individual e passa a ser construído de forma colaborativa em redes. Nesse contexto, aprender significa compartilhar, interagir, dialogar e produzir coletivamente. A escola, portanto, precisa reconhecer que os estudantes já estão inseridos nessa cultura digital e que a aprendizagem pode ser potencializada quando se valoriza a colaboração e a comunicação mediadas pelas tecnologias.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao destacar, entre suas competências gerais, a importância de utilizar diferentes linguagens — inclusive a digital — para se expressar, compartilhar informações, produzir sentidos e exercer protagonismo (Brasil, 2018). Assim, a educação digital não se limita ao uso instrumental das tecnologias, mas envolve a compreensão crítica dos ambientes digitais como espaços de convivência, produção cultural e exercício da cidadania.

Autores como Moran (2015) defendem que a cultura digital exige metodologias mais ativas e participativas, nas quais os estudantes assumem papel protagonista e o professor atua como mediador do conhecimento. Projetos colaborativos, trabalhos em grupo mediados por plataformas digitais, produção de vídeos, podcasts, blogs, fóruns de discussão e atividades em ambientes virtuais de aprendizagem são exemplos de práticas que favorecem a comunicação e a construção coletiva do saber.

Além disso, a colaboração no ambiente digital contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, escuta ativa, respeito às diferenças, cooperação e resolução de conflitos. Para Vygotsky (1998), a aprendizagem ocorre nas interações sociais; logo, os ambientes digitais, quando bem orientados, ampliam as

possibilidades de interação e aprendizagem significativa, fortalecendo a zona de desenvolvimento proximal dos estudantes.

No entanto, é fundamental que a escola promova uma mediação ética e pedagógica dessas interações, evitando práticas excludentes, competitivas ou discriminatórias. A cultura digital deve ser compreendida como espaço de diversidade, diálogo e inclusão, onde diferentes vozes possam ser ouvidas e valorizadas. Nesse sentido, a educação digital contribui para a formação de sujeitos capazes de comunicar-se de forma responsável, colaborar de maneira solidária e participar ativamente da vida social e democrática.

Assim, o pilar da comunicação, colaboração e cultura digital reafirma que educar na era digital é também educar para o convívio, para o diálogo e para a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo vínculos humanos e preparando os estudantes para atuarem de forma crítica, ética e colaborativa em uma sociedade cada vez mais conectada.

Criatividade e Produção de Conhecimento

O quarto pilar da educação digital refere-se à criatividade e à produção de conhecimento, compreendidas como dimensões essenciais para a formação de sujeitos ativos, críticos e protagonistas no processo educativo. No contexto contemporâneo, marcado pela cultura digital e pela ampla circulação de informações, a escola precisa superar uma lógica centrada apenas no consumo de conteúdos e avançar para práticas pedagógicas que valorizem a autoria, a criação e a inovação.

A criatividade, nesse sentido, não deve ser entendida como um talento inato restrito a poucos, mas como uma competência que pode e deve ser desenvolvida por todos os estudantes. Para Torrance (1974), a criatividade envolve a capacidade de perceber problemas, formular hipóteses, experimentar soluções e comunicar ideias de maneira original. No ambiente digital, essas possibilidades se ampliam significativamente, uma vez que as tecnologias oferecem múltiplas linguagens, ferramentas e suportes para a expressão do pensamento.

Produzir conhecimento com o uso das tecnologias digitais significa incentivar os estudantes a criarem vídeos, podcasts, blogs, jogos educativos, infográficos, projetos multimídia e soluções para problemas reais de seu contexto social. Essas práticas favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e do engajamento com a aprendizagem. Segundo Papert (2008), a aprendizagem torna-se mais significativa quando o estudante constrói algo concreto, compartilhável e socialmente relevante, colocando em prática

o princípio do “aprender fazendo”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça essa perspectiva ao destacar a importância do protagonismo estudantil, da cultura digital e da competência geral relacionada à criatividade e à inovação. Ao estimular a produção de conhecimento, a educação digital contribui para que o aluno deixe de ser apenas receptor de informações e passe a atuar como autor, pesquisador e criador, capaz de articular saberes e propor soluções criativas para desafios contemporâneos.

Nesse processo, o erro assume um papel pedagógico fundamental. Em uma cultura escolar tradicional, o erro costuma ser associado ao fracasso; entretanto, na educação digital e criativa, ele é compreendido como parte do percurso de aprendizagem. Moran (2021) destaca que ambientes educativos inovadores valorizam a experimentação, a tentativa e a revisão constante, criando condições para que o estudante aprenda com seus próprios processos.

O professor, por sua vez, desempenha um papel central como mediador da criatividade e da produção de conhecimento. Cabe ao educador criar situações didáticas desafiadoras, propor projetos interdisciplinares, orientar o uso crítico das ferramentas digitais e reconhecer as múltiplas inteligências presentes na sala de aula. Conforme afirma Nóvoa (2020), ensinar em tempos digitais exige do professor a capacidade de articular conhecimento, sensibilidade pedagógica e abertura à inovação, sem perder de vista a dimensão humana da educação.

Além disso, a criatividade no contexto da educação digital está diretamente relacionada à inclusão. As tecnologias podem ampliar as possibilidades de participação de estudantes com diferentes estilos de aprendizagem, necessidades específicas e formas de expressão. Recursos digitais acessíveis, comunicação alternativa, multimodalidade e personalização do ensino contribuem para uma educação mais equitativa e democrática.

Dessa forma, o pilar da criatividade e da produção de conhecimento reafirma que a educação digital não se limita ao uso instrumental das tecnologias, mas envolve a construção de sentidos, a autoria e o protagonismo dos estudantes. Investir nesse pilar é promover uma escola que valoriza a imaginação, a inovação e a capacidade de transformar a realidade por meio do conhecimento, preparando sujeitos criativos, críticos e comprometidos com a transformação social.

Inclusão Digital e Acessibilidade

O quinto pilar da educação digital, a inclusão digital e a acessibilidade, constitui um dos

eixos mais relevantes para a construção de uma educação democrática, equitativa e socialmente justa. Em um contexto marcado pela intensificação do uso das tecnologias no processo educativo, torna-se imprescindível garantir que todos os estudantes tenham acesso real, significativo e adaptado às ferramentas digitais, considerando as desigualdades sociais, econômicas, culturais e as múltiplas condições humanas.

A inclusão digital vai além da simples disponibilização de equipamentos ou acesso à internet. Conforme afirma Warschauer (2006), o acesso tecnológico só se torna inclusivo quando acompanhado de condições sociais, pedagógicas e culturais que permitam o uso crítico e produtivo das tecnologias. Assim, a escola precisa reconhecer que a exclusão digital reflete e amplia outras formas de exclusão já existentes na sociedade, como a pobreza, o racismo, o capacitismo e a marginalização de grupos historicamente vulnerabilizados.

No âmbito da educação inclusiva, a inclusão digital assume papel estratégico ao favorecer a participação de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dificuldades de aprendizagem. A utilização de tecnologias assistivas — como leitores de tela, softwares de comunicação alternativa, recursos de audiodescrição, legendas, pictogramas e interfaces adaptadas — amplia as possibilidades de acesso ao currículo e promove maior autonomia dos estudantes. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o acesso à tecnologia assistiva é um direito fundamental das pessoas com deficiência, devendo ser garantido também nos espaços educacionais.

A perspectiva da neurodiversidade reforça a necessidade de práticas pedagógicas digitais flexíveis e acessíveis. Conforme defende Armstrong (2012), reconhecer a diversidade neurológica significa compreender que não há uma única forma de aprender, comunicar ou interagir com o conhecimento. As tecnologias digitais, quando bem planejadas, possibilitam a personalização do ensino, respeitando ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades específicas, contribuindo para uma educação mais humana e inclusiva.

Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) apresenta-se como um referencial teórico-metodológico fundamental. Segundo Meyer, Rose e Gordon (2014), o DUA propõe a criação de ambientes educacionais que ofereçam múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, beneficiando todos os estudantes, e não apenas aqueles com deficiência. As tecnologias digitais são aliadas centrais nesse processo, pois permitem adaptações, diversificação de linguagens e ampliação das possibilidades de participação.

Entretanto, a inclusão digital também exige políticas públicas consistentes, formação continuada de professores e investimentos em infraestrutura. Como destaca Moran (2021), não

basta inserir tecnologias na escola sem preparar os educadores para utilizá-las de forma pedagógica, ética e inclusiva. O professor assume papel essencial como mediador, planejando práticas que utilizem a tecnologia como instrumento de equidade, e não de exclusão.

Assim, promover a inclusão digital e a acessibilidade na educação é um compromisso ético, pedagógico e social. Trata-se de assegurar que todos os estudantes tenham não apenas acesso às tecnologias, mas condições reais de aprender, participar, criar e se desenvolver plenamente. A tecnologia, quando orientada pelos princípios da inclusão e da justiça social, torna-se uma poderosa ferramenta de transformação educativa, capaz de ampliar vozes, reduzir desigualdades e fortalecer o direito à educação para todos.

Considerações Finais

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a educação digital não se resume à inserção de tecnologias no cotidiano escolar, mas representa uma profunda transformação nas formas de ensinar, aprender e se relacionar com o conhecimento. Os cinco pilares da educação digital: letramento digital; pensamento crítico e uso ético da tecnologia; comunicação, colaboração e cultura digital; criatividade e produção de conhecimento; e inclusão digital e acessibilidade, constituem fundamentos indispensáveis para uma formação integral, humana e socialmente comprometida.

Compreender o letramento digital como prática crítica e significativa permite superar uma visão meramente instrumental da tecnologia, possibilitando que estudantes se tornem sujeitos ativos, capazes de interpretar, produzir e ressignificar informações no ambiente digital. Do mesmo modo, o desenvolvimento do pensamento crítico e do uso ético das tecnologias revela-se essencial diante dos desafios contemporâneos, como a desinformação, o discurso de ódio e a fragilização das relações humanas mediadas pelas redes digitais.

A comunicação e a colaboração, potencializadas pela cultura digital, reafirmam a importância da aprendizagem em rede, do trabalho coletivo e da construção compartilhada do conhecimento, fortalecendo valores democráticos como diálogo, empatia e respeito às diferenças. A criatividade, por sua vez, amplia o protagonismo estudantil e reconhece o estudante como autor, produtor de conhecimento e agente de transformação social, valorizando múltiplas linguagens e inteligências.

Por fim, a inclusão digital e a acessibilidade reafirmam o compromisso ético da educação com a equidade e a justiça social. Garantir o acesso às tecnologias, respeitar a

diversidade humana e promover o uso de recursos acessíveis e tecnologias assistivas não é apenas uma questão técnica, mas um posicionamento político e pedagógico em defesa do direito à educação para todos.

Nesse contexto, o papel do professor torna-se ainda mais relevante. Longe de ser substituído pelas tecnologias, o educador assume a função de mediador crítico, orientador ético e facilitador de aprendizagens significativas, capazes de integrar inovação, humanização e inclusão. A educação digital, quando fundamentada nesses pilares, contribui para a formação de cidadãos autônomos, críticos, criativos e comprometidos com a transformação social.

Conclui-se, portanto, que investir nos pilares da educação digital é investir na qualidade da educação e no fortalecimento de uma escola mais democrática, inclusiva e alinhada aos desafios do século XXI. Trata-se de um compromisso coletivo que envolve políticas públicas, formação docente contínua e práticas pedagógicas conscientes, capazes de colocar a tecnologia a serviço da vida, da aprendizagem e da dignidade humana.

Referências

ARMSTRONG, Thomas. **Neurodiversidade na sala de aula**: como reconhecer e atender às necessidades de aprendizagem diversas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BUCKINGHAM, David. **The media education manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. **Desenho universal para a aprendizagem**: teoria e prática. Porto Alegre: Penso, 2014.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida**: um conceito-chave para a educação hoje. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida**: um conceito-chave para a educação hoje. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 2021. p. 27-45.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORAN, José Manuel. **Educação digital**: novos desafios e caminhos. São Paulo: Paulus, 2021.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida**: um conceito-chave para a educação hoje. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2021. p. 27-45.

NÓVOA, António. **Os professores e o novo espaço público da educação**. In: NÓVOA, António (org.). *Profissão professor*. 3. ed. Porto: Porto Editora, 2020. p. 13-34.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 1-15, 2020.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and social inclusion**: rethinking the digital divide. Cambridge: MIT Press, 2006.

●

Recebido: 08/07/2026; Aceito: 23/07/2026; Publicado: 31/07/2026.